

TRAGÉDIA NO SUL

Lula anuncia ministro para gerenciar crise

Titular da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta será o responsável por comandar ações de "reconstrução do Rio Grande do Sul". Hoje, na terceira visita ao estado desde o início da tragédia, o presidente apresentará pacote financeiro para as famílias atingidas

» ROSANA HESSEL
» VICTOR CORREIA
» RENATO SOUZA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu criar uma autoridade federal para representar o governo na gestão da tragédia gaúcha provocada pelas chuvas. Ele nomeou o titular da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, como ministro extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul.

Lula anunciará a criação do cargo, hoje, na terceira visita que fará ao estado desde o início da calamidade pública, mas o Palácio do Planalto antecipou a informação ontem.

A ideia é que Pimenta coordene os esforços da União para reconstruir as áreas atingidas e atender as vítimas da calamidade, fazendo interlocução com o governo estadual e as prefeituras. Ele comandará uma equipe cuja estrutura, com sede na capital gaúcha, está sendo desenhada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A necessidade de uma autoridade federal foi atestada em conversas entre a equipe de governo. A avaliação é de que, até agora, Pimenta tem concentrado o diálogo com prefeitos e apresentado as principais medidas. No entanto, cada ministério está divulgando suas próprias ações, provocando falha na chegada de informações à população e fazendo com que prefeitos fiquem na dúvida sobre a quem procurar em busca de auxílio.

Ajuda financeira

Hoje, na visita ao Rio Grande do Sul, Lula será acompanhado por Pimenta e ministros; pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que participaram de encontro com o chefe do Executivo, no fim da tarde de ontem, no Planalto.

Lula anunciará uma nova rodada de socorro financeiro, com foco, desta vez, nas pessoas físicas, especialmente as famílias desabrigadas ou desalojadas pelas enchentes. Ele conversou pela manhã com **oito ministros** para debater as propostas.

Uma das iniciativas em estudo pelo Ministério da Fazenda é pagar um auxílio de R\$ 5 mil, em parcela única, para as 100 mil famílias desalojadas ou desabrigadas, o que representaria aos cofres públicos um gasto de R\$ 500 milhões. A quantia é considerada "pequena" se comparada ao impacto fiscal de R\$ 12 bilhões das medidas anunciadas até agora pelo governo, segundo uma fonte da equipe econômica.

A intenção do auxílio ao Rio Grande do Sul é que as famílias usem o valor para repor móveis e eletrodomésticos destruídos pelas águas ou para comprar materiais de construção. Lula já demonstrou disposição de anunciar medidas bilionárias, mas integrantes do governo pedem cautela para avaliar o impacto orçamentário. O recurso de R\$ 5 mil para as famílias gaúchas, até ontem, ainda estava em discussão.

Lucas Leffa



O gaúcho Paulo Pimenta deixará temporariamente o posto de ministro da Secretaria de Comunicação Social

Ricardo Stuckert / PR



Lula se reuniu com ministros; os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira; e o ministro Edson Fachin, do Supremo

Participantes

Estavam presentes na reunião: Rui Costa (Casa Civil); Fernando Haddad (Fazenda); Luiz Marinho (Trabalho e Emprego); Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional); Jader Filho (Cidades); Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais); e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social). O encontro durou quase cinco horas.

Saiba mais

Portal Unidos pelo RS

O governo federal lançou, ontem, o portal Unidos pelo RS, para concentrar informações, serviços e notícias a respeito do estado. A página reúne números sobre a ajuda da União, discriminados por órgão e finalidade. É possível consultar o investimento total da gestão Lula para o local, a quantidade de hospitais de campanha, de doações transportadas e dos equipamentos e profissionais mobilizados para conter a tragédia. A ferramenta também tem orientações sobre como ajudar os atingidos — o que e como doar.

» Lira prega ações mais enérgicas

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não é possível avaliar se as medidas do governo federal para o Rio Grande do Sul são suficientes, mas disse ser preciso haver providências mais "enérgicas" e "grandiosas". "Não dá para fazer essa análise, porque nós temos diversas situações no Rio Grande do Sul. Temos locais em que a chuva já foi e locais em que a água não escoou", argumentou. "Então, precisa, sim, de medidas mais enérgicas, mais vultosas, mais grandiosas, para atender às pessoas e para cuidar da parte de infraestrutura para que essa água possa escoar", ressaltou, ontem, na Câmara.

sexta-feira o pagamento da parcela de maio do Bolsa Família no Rio Grande do Sul. Nos demais estados, continuará sendo na semana que vem.

Além disso, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) articula com o governo a aprovação de um projeto de lei para aumentar em 50% o valor do Bolsa Família pago à população gaúcha pelos próximos seis meses. Em vídeo divulgado nas suas redes sociais, a parlamentar explicou que o valor médio do benefício em Porto Alegre é de R\$ 659, e subiria para R\$ 988 com a aprovação da medida. Ao todo, o montante do aumento seria de R\$ 207 milhões para o estado.

Ajuste de curso

O governo agiu rapidamente para anunciar medidas de apoio ao Rio Grande do Sul, mas enfrenta dificuldades para colher os efeitos positivos em sua imagem. Integrantes da gestão atribuem isso à grande quantidade de fake news em circulação sobre a ação federal. Na semana passada, ministros endureceram o tom contra influenciadores e parlamentares da oposição que, inclusive, viraram alvo de investigação da Polícia Federal.

Preocupado com as críticas, o Planalto reavalia como anunciar as próximas medidas para o estado. A viagem de Lula, hoje, acompanhado de representantes dos Três Poderes, é uma nova tentativa nesse sentido e também de melhorar a popularidade do petista em um reducto bolsonarista.

Na segunda-feira, o presidente deu um puxão de orelha em seus ministros, pedindo mais cautela nas divulgações. "Essa reunião é para isso, para a gente ter o conjunto do governo, ter todas as informações do que está acontecendo e cada ministro que for falar, ou cada ministro tentar falar sempre a mesma coisa que está acontecendo. Não ficar dizendo coisas que não estão acontecendo, ou ficar inventando coisas que ainda não discutiu", disse.

Não havia previsão de que Lira e Pacheco acompanhassem Lula desta vez. O convite foi feito ontem à tarde, em uma reunião fora da agenda inicial.

"Parece-me uma tentativa de mostrar que não há divisões partidárias quando o assunto é a reconstrução do estado. Ou seja, como todos os Poderes vão ter que colaborar para achar soluções efetivas, o correto é fazer o anúncio em conjunto", avaliou o cientista político Felipe Nunes, diretor e fundador da Quaest, consultoria de inteligência de dados.

Conforme Pesquisa Genial/Quaest sobre as próximas eleições, divulgada na segunda-feira, 59% dos eleitores do Sul acham que Lula não merece ser reeleito, e apenas 39% consideram que ele merece uma nova chance de ser presidente em 2026. Esse percentual está bem abaixo da média nacional, de 42% dos entrevistados que acreditam que o atual presidente merece ser reeleito. Para a maioria (55%), o petista não faz jus à recondução.

O Planalto também prepara o anúncio de uma linha de crédito com condições especiais para os atingidos pela tragédia. Na semana passada, Lula divulgou a abertura de crédito extraordinário para empresas, com aporte federal de R\$ 4,5 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente do Banco do Brasil, Taciana Medeiros, para tratar do tema.

O Bolsa Família será outro mecanismo para atender à população gaúcha. Segundo o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, a prioridade da pasta é identificar as famílias que entraram em situação de vulnerabilidade e incluí-las o quanto antes no Cadastro Único (CadÚnico). O governo adiantou para a próxima